

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Memória coletiva e cidadania: interfaces entre patrimônio cultural, desigualdade social e resistência

RESUMO

O presente artigo pretende refletir como até que ponto as políticas de patrimônio cultural contribuíram para a legitimação de desigualdade sociais históricas e estruturantes da sociedade brasileira. Para tanto, as discussões perpassam por reflexões teóricas de estudiosos que abordam questões ligadas à desigualdade social e à cidadania, desde T. H. Marshall a autores brasileiros contemporâneos, relacionando-as com a implementação da política federal voltada para a preservação da memória nacional. Em contrapartida a essa configuração, defende-se que redes articuladas e identidades de resistência insurgem nesse cenário em prol do reconhecimento de memórias sociais locais e lutas por direitos sociais básicos, exemplificadas pelo Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo e pelo movimento Porto do Capim em Ação, iniciativas, respectivamente, dos meios rural e urbano do município de João Pessoa/PB.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade social; cidadania; patrimônio cultural; memória; identidade

Átila Bezerra Tolentino

Graduado em Letras e Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Cultura pela Universidade de Brasília. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. É da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Economia. Já atuou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura, onde coordenou as ações da Casa do Patrimônio da Paraíba (2009-2018) e assumiu a Coordenação de Gestão Museológica do Departamento de Museus e Centros Culturais (2004-2008).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MEMÓRIA COLETIVA E CIDADANIA: interfaces entre patrimônio cultural, desigualdade social e resistência

13 de maio [de 1958]

... Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha pra fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!

(Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*)

As memórias de Carolina Maria de Jesus, escritora, negra, catadora de papel e moradora da favela do Canindé, na cidade de São Paulo, são retratadas em seu diário transformado em livro. Os escritos de Carolina são um verdadeiro relato etnográfico, sem o rigor metodológico acadêmico, que descreve uma determinada realidade cruel, mas muitas vezes invisibilizada, pelo fato de que nos abstermos de querer enxergar e enfrentar os problemas sociais que marcam, historicamente, a formação do Estado brasileiro. Em seus relatos, a escritora traz o cotidiano da favela – o quarto de despejo da grande metrópole - em uma linguagem simples e ao mesmo tempo pulsante, narrando a dura realidade de grande parcela da população brasileira que vive às margens das políticas públicas, cuja maior luta, entre tantas outras, é poder viver sem fome.

A desigualdade social no Brasil é um problema estrutural que torna o relato da autora de *Quarto de despejo* ainda atual no século XXI. De forma semelhante ao pensamento de Carolina de Jesus, o historiador José Murilo de Carvalho, em sua obra *Cidadania no Brasil – o longo caminho*, conclui, a partir da trajetória, muitas vezes tortuosa, da construção da cidadania em nosso país, que “a desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática” (Carvalho, 2008, p. 229).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A construção da cidadania, nas sociedades modernas, está estritamente ligada à consolidação do Estado-nação e ao surgimento do Estado do Bem Estar Social (Welfare State), o qual, sobretudo a partir dos direitos sociais, engendra um conjunto de políticas para garantir um mínimo de bem estar à população. O Estado moderno, dentro da lógica do sistema capitalista, legitima desigualdades, toleradas e consideradas necessárias à plena realização do homem e à própria reprodução da sociedade capitalista (Lavalle, 2003). Nesse processo, o Estado do Bem Estar Social, em suas diferentes configurações¹, busca garantir uma certa equidade no atendimento às demandas sociais em função das desigualdades geradas pelo mercado, de modo a promover um mínimo de cidadania aos indivíduos.

Entre os direitos sociais atendidos pelo Estado do Bem Estar Social, as pesquisas e literatura do campo das políticas sociais têm ficado restritas aos principais programas de provisão universal, como os de manutenção de renda ou seguridade social, habitação, saúde, educação e assistência social (Clasen, 2004). Raros são os estudos que focam os direitos culturais e, mais especificamente, o direito à memória como um elemento dos direitos sociais básicos a serem propiciados e impulsionados pelo Estado.

No Brasil, a partir da década de 1930, com a reformulação de políticas públicas e a ampliação dos serviços ofertados pelo Estado, o direito à memória foi explicitado na Constituição Federal de 1934. Ela é a primeira constituição brasileira a tratar da proteção dos objetos de interesse histórico e do patrimônio artístico. E por meio do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje nominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan), órgão nacional de preservação do patrimônio cultural em atuação até os dias de hoje. Na Constituição Federal atual, de 1988, o direito à memória coletiva, como parte dos direitos culturais, foi ampliado aos diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira, bem como adotou-se uma concepção ampla de patrimônio cultural, abarcando um conceito antropológico de cultura.

¹ Neste trabalho, não será aprofundada a discussão sobre as diferentes constituições a acepções do Regime e do Estado do Bem Estar Social. Sobre o assunto, ver o clássico estudo de Esping-Anderson (1991) e também as reflexões de ARRETCHE (1995) e DRAIBE (2007).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A despeito dos textos legais, cabe indagar até que ponto as políticas empreendidas pelo Estado em prol da preservação de uma determinada memória nacional contribuíram (ou ainda contribuem) para legitimar desigualdades sociais estruturais na sociedade brasileira, resultado de uma política patrimonialista e de relações sociais fortemente ancoradas numa cultura escravocrata? Em paralelo, como grupos sociais historicamente excluídos ou inviabilizados nos processos de patrimonialização de uma memória nacional têm demandado, por meio de práticas insurgentes, a preservação de suas memórias e afirmação de suas identidades, aliando-as a outras lutas sociais, como a preservação do meio ambiente e o direito à moradia?

Para tanto, primeiramente serão tecidas breves considerações sobre a construção da cidadania na sociedade moderna, a fim de relacioná-las às políticas de preservação do patrimônio cultural. Em seguida, será feita uma análise da configuração dos bens tutelados como patrimônio cultural nacional no Estado da Paraíba, situado no Nordeste brasileiro, e descritas as experiências de preservação de memórias e afirmação de identidades nas comunidades do Vale do Gramame e do Porto do Capim, ambas localizadas na capital paraibana. A partir desses casos, vislumbra-se demonstrar como redes articuladas e identidades de resistência insurgem nesse cenário por direitos sociais básicos e em prol do reconhecimento de memórias sociais historicamente estigmatizadas e invisibilizadas. E, nessas experiências, busca-se analisar como o Iphan, enquanto órgão federal de preservação do patrimônio cultural, dialoga com as lutas políticas desses grupos sociais e suas implicações na inibição ou reprodução das desigualdades sociais.

Cidadania e memória nacional: dilemas e interfaces

É bastante recorrente, nos debates acerca da configuração da cidadania no Estado moderno, remeter-se à propositura do sociólogo britânico Thomas H. Marshall (1967), em seu estudo clássico sobre a cidadania e as classes sociais, no sentido de que a cidadania é resultado das conquistas, nessa sequência, dos direitos civis, políticos e sociais. A partir da realidade da Inglaterra moderna, Marshall, como um fiel

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

representante de uma episteme hegemônica ocidental, delineia a construção da cidadania sedimentada nesses três tipos de direitos consolidados historicamente.

Na sua acepção, o elemento civil compõe-se dos direitos necessários à liberdade individual - como a liberdade de ir e vir, de imprensa, pensamento e fé, que foram conquistados durante o século XVIII. Em tese, esses direitos são garantidos pelos tribunais de justiça. No século XIX, por sua vez, é quando foram consolidados os direitos políticos, ou seja, o direito de o indivíduo participar no exercício do poder político, seja como eleitor ou como um representante democraticamente eleito. Por fim, o elemento social, nas palavras de Marshall, refere-se “a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (1967, p. 63/64). Uma conquista dos novos tempos e fruto das relações entre a sociedade, o Estado e o mercado no século XX, os direitos sociais buscam garantir a participação na riqueza coletiva produzida, travestida em direitos que propiciem um mínimo de bem estar e civilidade, como o direito à educação, à saúde, à moradia, a uma remuneração justa, à assistência social, entre outros. A cidadania, portanto, é um direito de ser indivíduo, participar da vida política e ter minimamente uma vida digna.

Essa gênese de construção da cidadania proposta por Marshall, certamente, não pode ser tomada como a maior ou a única referência para as distintas realidades e contextos históricos de outras nações. Márcia Leite (1991, p. 123) aponta que a generalização desse modo específico de expansão da cidadania significaria a naturalização de “um processo que é histórico, destituindo-o do potencial de conflito que pode conter e ignorando que as formas eventualmente encontradas para sua resolução resultam da correlação de forças e das condições estruturais, próprias a cada formação social e não dadas ao capitalismo ou à democracia em geral”. Ainda mais contundente, Sérgio Tavolaro (2008) questiona a noção eurocêntrica postulada por Marshall e abre outras possibilidades de construções de cidadanias. Em sua argumentação, desconstrói os pilares da episteme hegemônica ocidental típica de Marshall para demonstrar outras configurações de cidadanias e sociabilidades, dentro das modernidades múltiplas, ou

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

seja, grande variedade de configurações sociais no mundo contemporâneo passíveis de serem denominadas modernas. Defende, assim, que seja feito um aprofundamento conceitual da modernidade no campo da Sociologia, de modo a ser possível “captar a substancial variedade de constelações de cidadania em um contexto configurado pela multiplicidade de sociabilidades” (2008, p. 119).

De modo aprofundado ao caso brasileiro, o já citado estudo de José Murilo de Carvalho (2008) perpassa os diferentes passos da construção da cidadania em nosso país, nos diferentes contextos históricos, desde quando o Brasil passa a ter um *status* de Estado-nação independente, em 1822. Para Carvalho, o modelo proposto por Marshall serve apenas para comparar por contraste e a realidade brasileira assenta-se em duas diferenças básicas: aqui foi dada maior ênfase em um dos direitos, o social, e este direito precedeu os demais. Explica o autor:

A cronologia e a lógica da sequência descrita por Marshall foram invertidas no Brasil. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular [durante o Estado Novo, nos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas]. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos dos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo” (CARVALHO, 2008, pp 219/220).

Nesse trabalho, Carvalho leva em consideração que houve inversão na ordem dos direitos no Brasil, mas aposta que, apesar dessa desvantagem, o exercício continuado da nossa democracia política, embora imperfeita, poderia permitir a ampliação dos direitos civis e reforçar os direitos políticos, criando um círculo virtuoso no qual a cultura política também pudesse se modificar. Infelizmente não é o que temos visto nos períodos recentes com a onda ultraconservadora que tem assolado o país, de ataque aos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

direitos civis básicos, e com a implementação de reformas por um governo neoliberal que tem suprimido direitos trabalhistas e previdenciários conquistados há décadas.

Tal fato tem contribuído para o profundo e enraizado fenômeno da desigualdade no Brasil, o qual, como aponta Lilian Schwarcz (2019), apresenta-se em suas várias facetas, por meio das desigualdades econômica e de renda, de oportunidades, racial, regional, de gênero, entre outras. Em sua análise, Schwarcz destrincha como a desigualdade social brasileira é resultado da nossa herança escravocrata, que perdurou por quase 400 anos em nossa história e tem consequências em nossa estrutura social até hoje. Explica que, no Brasil, “a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez da raça e cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita” (2019, pp. 27/28).

A autora é categórica ao afirmar que o Brasil foi formado a partir da linguagem da escravidão, consolidando uma desigualdade estrutural no país, o que coloca por água abaixo, portanto, o mito da democracia racial existente em terras brasileiras, defendido por diversos autores das ciências sociais. Os marcadores de diferenças presentes nas desigualdades sociais brasileiras, que maculam nosso projeto de cidadania, também fazem parte do cenário da invenção de uma história do Brasil e da nossa memória nacional. Com a independência política em 1822, era preciso, explicita Schwarcz (2019), inventar uma nova história para o Brasil. Não à toa, um dos primeiros estabelecimentos aqui fundados na nova nação foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, em 1838. Anos mais tarde, esse órgão foi responsável por um concurso, cujos candidatos deveriam escrever a história do Brasil. Continua a autora que, nessa disputa política por uma narrativa da história brasileira, foi vencedor o naturalista bávaro Karl von Martius (1794-1868), que, na sua narrativa historiográfica, utilizou-se da metáfora de um rio caudaloso (o mais completo), que correspondia à herança portuguesa, o qual absorvia pequenos afluentes (figurativos) das raças índia e etiópica, configurando a dimensão da mestiçagem dos povos aqui existentes.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Quase 100 anos depois do IHGB, em 1937, é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan (hoje Iphan)², quando então se reforça a necessidade de configuração de uma memória nacional, também como objeto de disputa política, campos de força e relações de poder. O órgão é criado durante o regime ditatorial e populista de Getúlio Vargas (1930-1945, conhecido como Estado Novo), quando os direitos sociais foram impulsionados e garantidos legalmente (sobretudo direitos trabalhistas e previdenciários). Tal fato leva Carvalho a afirmar que “o pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática e comprometeram em parte sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa” (2008, p. 110). Teresa Sales (1994), por sua vez, trata a questão como cidadania concedida. Argumenta que o processo de formação do Estado brasileiro tem em sua gênese a instrumentalização da pobreza e da desigualdade social, como uma herança do latifúndio e da territorialização, alimentando a cultura política da dádiva - numa relação de obediência e subserviência - e a cidadania concedida. Assim o Estado arbitra legitimando hierarquias, mantendo os privilégios dos donos do poder e, conseqüentemente, dos mecanismos de reprodução das desigualdades.

O nacionalismo também era uma política de Estado no governo Vargas e a prática preservacionista aqui alicerçada seguiu a tendência europeia, ligando-se à ideia de formação e afirmação do Estado-nação. Embora não seja comum tratar dos direitos culturais no escopo dos direitos sociais, na década de 1930, o Estado, além de grande interventor no campo das relações trabalhistas, educação, saúde e assistência social, atuou na organização da cultura e, mais especificamente, no campo da memória. Em sua gênese, na construção de uma determinada narrativa de uma memória e identidade nacionais por meio do Sphan, o rio caudaloso branco europeu, semelhante à narrativa de von Martius, também encobriu seus confluente. A herança dos diferentes povos não hegemônicos formadores da sociedade brasileira foi relegada ao limbo do esquecimento ou da subalternidade, conformando uma desigualdade patrimonial e da memória

² O processo histórico de criação e reconfiguração do Iphan ao longo dos seus mais de 80 anos de existência pode ser estudado, de forma aprofundada, nos trabalhos de Maria Cecília Londres Fonseca (1997) e Márcia Chuva (2009).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

nacional. Essa peculiaridade típica das nações que sofreram processos de colonização, perpetuados pela colonialidade que segue moldando sistemas econômicos, políticos e epistêmicos de subordinação aos países hegemônicos (SANTOS; MENESES, 2009), contribuiu profundamente para a legitimação das desigualdades sociais e dos marcadores de diferenças que imprimem raça e cor na identidade nacional e, conseqüentemente, nas políticas sociais.

Márcia Chuva (2012) descreve que nas práticas implementadas pelo Sphan nos seus primeiros anos de existência, a “arte popular”, embora referida, não foi incorporada às suas práticas de proteção. Os arquitetos e demais intelectuais à frente do órgão, pautados nas teses das três raças formadoras da sociedade brasileira, imprimiam ao branco português a maior influência, “em razão da maior perenidade dos materiais utilizados nos processos construtivos, e na presença do negro africano e do índio autóctone influências de menor envergadura” (2012, p. 154), o que resultou na preservação sobretudo de bens culturais materiais ligados ao período colonial.

Se Sales fala em cidadania concedida, no campo da memória poderíamos ir além, e considerar como uma memória outorgada. Para exemplificar, abaixo é apresentada a tabela 1 com os bens tombados³ como patrimônios culturais nacionais no estado da Paraíba, localizado no Nordeste brasileiro.

³ O instrumento do tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25/1937, junto com a criação do Sphan. É esse instrumento que expressa o reconhecimento de um bem como patrimônio cultural nacional. A palavra tombamento refere-se à Torre do Tombo, onde está o Arquivo Nacional Português. Os bens tombados são inscritos em um ou mais livros do Tombo: Belas Artes; Artes Aplicadas; Histórico; e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História

Rio de Janeiro/RJ, 2021

BENS TOMBADOS NO ESTADO DA PARAÍBA COMO PATRIMÔNIOS CULTURAIS NACIONAIS				
Bem	Cidade	Livro(s) de Tombamento	Ano de tombamento	Referência cultural
Ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré (Almagre)	Cabedelo	Histórico	1938	Católica
Fortaleza de Santa Catarina	Cabedelo	Histórico / Belas Artes	1938	Militar
Capela de Nossa Senhora da Batalha	Cruz do Espírito Santo	Belas Artes	1938	Católica
Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	João Pessoa	Histórico / Belas Artes	1938	Católica
Igreja da Ordem Terceira do Carmo	João Pessoa	Belas Artes	1938	Católica
Capela do Engenho da Graça	João Pessoa	Belas Artes	1938	Católica
Casa da Pólvora	João Pessoa	Histórico / Belas Artes	1938	Militar
Sobrado à Rua Peregrino de Carvalho	João Pessoa	Histórico	1938	Elite política/econômica
Igreja da Misericórdia	João Pessoa	Belas Artes	1938	Católica
Capela de Nossa Senhora do Socorro	Santa Rita	Belas Artes	1938	Católica
Ruínas da Atalaia do Forte Velho	Santa Rita	Histórico	1938	Militar
Fonte do Tambiá	João Pessoa	Histórico	1941	Elite política/econômica
Casa de Câmara e Cadeia	Pilar	Histórico / Belas Artes	1941	Militar
Inscrições pré-históricas do Rio Ingá	Ingá	Histórico / Belas Artes	1944	Arqueológica
Igreja de Nossa Senhora da Guia	Lucena	Belas Artes	1949	Católica
Convento e Igreja de Santo Antônio e Casa de Oração e Claustro da Ordem Terceira de São Francisco	João Pessoa	Belas Artes	1952	Católica
Capela de São Gonçalo (Capela do Engenho Una)	Santa Rita	Belas Artes	1955	Católica
Igreja de São Bento	João Pessoa	Belas Artes	1957	Católica
Casa, capela e sobrado da Fazenda Acauã	Aparecida	Histórico	1967	Elite política/econômica
Casa na Praça do Erário	João Pessoa	Histórico	1971	Elite política/econômica
Fábrica de Vinho Tito Silva	João Pessoa	Histórico	1984	Elite política/econômica
Conjunto Histórico e Urbanístico de Areia	Areia	Histórico / Arqueológico, etnográfico e paisagístico	2008	Conjunto urbano
Centro Histórico de João Pessoa	João Pessoa	Histórico / Arqueológico, etnográfico e paisagístico	2009	Conjunto urbano

Fonte: Elaboração a partir das informações da publicação *Bens tombados: Paraíba* (IPHAN-PB: 2013)

Como podemos observar, a maioria dos bens tombados (11 num total de 23) foi declarada como patrimônio cultural nacional logo após a criação do Sphan, ainda no ano de 1938, e boa parte entre as décadas de 1940 e 1950. Mas o que chama mais atenção é o branqueamento da memória nacional delineado nos bens patrimonializados, que se referenciam, basicamente, a uma herança vinculada à Igreja católica, à nossa trajetória militar e às elites econômicas e políticas brasileiras. O caso da Paraíba se replica em todo o território nacional. O primeiro tombamento de um bem de matriz africana é o emblemático caso do terreiro de Casa Branca, em Salvador, Bahia, no ano de 1984, quase 50 anos após a criação do Sphan, e que foi carregado de debates e conflitos de interesse entre os membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (VELHO, 2007).

A patrimonialização de bens culturais relativos a outros grupos formadores da sociedade brasileira começou a tomar algum fôlego, como resultado das lutas sociais no campo, somente a partir da década de 1980, impulsionado sobretudo com a instituição do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Registro do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial por meio do Decreto 3.551/2000⁴, outro instrumento de proteção e salvaguarda de bens culturais, que busca cobrir, de uma certa forma, a abrangência limitada pelo tombamento. Ressalta-se, no entanto, que mesmo com o Registro, a representatividade da diversidade dos diferentes povos formadores da sociedade brasileira ainda está aquém do ideal da “patrimonialização das diferenças” (ABREU, 2015). Para ficar no âmbito do estado da Paraíba, os bens registrados como patrimônios nacionais restringem-se à roda e o ofício de mestre de capoeira (2008, âmbito nacional), teatro de bonecos popular do Nordeste (2015, com abrangência na Paraíba, Pernambuco, Rio de Grande do Norte, Ceará e Distrito Federal), Feira de Campina Grande (2017) e literatura de cordel (2018, com abrangência no Nordeste brasileiro e em Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo).

Essa rápida trajetória histórica procura demonstrar como o patrimônio cultural se constitui como um espaço social de disputa política, econômica e simbólica, permeado por lutas e relações de poder. E as políticas do Estado, voltadas para a constituição e preservação de uma determinada memória coletiva, podem contribuir para reafirmar hierarquias e privilégios historicamente enraizados, naturalizando as desigualdades sociais no Brasil, em suas diversas facetas. Apesar disso, novos sujeitos sociais, comumente não representados ou silenciados nos processos constitutivos de memórias nacionais, têm produzidos discursos contra-hegemônicos de constituição de suas próprias memórias e identidades coletivas, aliados a lutas por direitos sociais básicos. Para ilustrar, iremos apresentar os casos do Museu Comunitário da Escola Viva Olho do Tempo, localizado na zona rural do Vale do Gramame, e o movimento Ocupe o Porto do Capim, comunidade situada no Centro Histórico urbano, ambos na cidade de João Pessoa/PB.

Vale do Gramame e Porto do Capim: suas lutas e suas memórias

⁴ O Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial como Patrimônio Cultural Brasileiro. A exemplo do tombamento, os bens imateriais também são registrados em quatro livros: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Vale do Gramame⁵ está situado às margens do rio que leva seu nome e abrange comunidades rurais, indígenas, quilombolas e, devido à expansão imobiliária, já conta também com uma parcela de população urbana, entre as cidades de João Pessoa e Conde, na Paraíba. É uma área extremamente carente e pouco atendida pelos serviços públicos básicos. Com base no censo de 2000, a Secretaria de Planejamento de João Pessoa (2004) aponta que dos 6.164 chefes de família, 1.540 ganhavam até um salário mínimo (25%) e 3058 ganhavam entre um e três salários mínimos (49,61%), sendo que 645 (10,46%) configuravam como sem renda. Para fazer um comparativo com o bairro do Cabo Branco, o de maior poder aquisitivo na capital paraibana, dos 5.423 chefes de família, 184 (3,4%) recebiam até um salário mínimo e a grande maioria, ou seja, 3.628 (66,90%) recebiam acima de 10 salários mínimos. Os chefes sem renda configuravam apenas 98 casos (1,8%). Essa mesma pesquisa indica que quase todos os domicílios (97,8%) em Cabo Branco detinham esgotamento sanitário, enquanto que em Gramame, apenas 1,2% dos domicílios eram atendidos.

Entre as expressões culturais existentes nessa região banhada pelas águas do rio, podem ser destacados o coco, ciranda, capoeira, poesia popular, lapinha, quadrilha junina, pesca artesanal, forró pé-de-serra, cultivo e manuseio de ervas, além de narrativas lendárias. É, portanto, uma região pouca assistida pelos serviços básicos do Estado, mas rica em recursos naturais e com grande vivacidade cultural.

Na localidade, funciona a Escola Viva Olho do Tempo – Evot, criada oficialmente em 2004 como uma instituição social sem fins lucrativos. A Evot desenvolve projetos e atividades na área da educação não formal, cultura e meio ambiente, por meio de ações compartilhadas com as comunidades da região, com o intuito de valorizar as culturas e identidades locais. Atualmente, atende aproximadamente 170 jovens e crianças, no contraturno escolar, que participam de atividades lúdicas, aulas de informática, leitura e contação de histórias, música, dança, educação patrimonial e ambiental, promovendo o contato intergeracional por meio da participação de mestras e mestres de cultura popular

⁵ A experiência do Vale do Gramame aqui descrita é baseada na pesquisa por mim desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba, cuja dissertação foi publicada sob o título “Espaços que suscitam sonhos: narrativas de memórias e identidade no Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo” (2017).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

nas atividades desenvolvidas nos quintais de suas casas ou na escola, visando a transmissão oral dos saberes e fazeres e a valorização das referências culturais do Vale do Gramame.

Um dos desdobramentos das ações resultou na criação, em 2010, do Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo, com a exposição de objetos do cotidiano das comunidades da região, relacionados, principalmente, à pesca e ao trabalho rural. Havia também uma exposição de fotografias e imagens das atividades desenvolvidas pela escola e das manifestações culturais locais. No ano de 2013, a exposição do museu foi reconfigurada, com o apoio da Superintendência do Iphan no Estado da Paraíba – Iphan/PB, por meio de técnicos que atuam com educação patrimonial. Montou-se um novo circuito expositivo, intitulado “Vale do Gramame: memórias e vivências”, em que se buscou mostrar as referências culturais da região e os problemas causados pela poluição do rio Gramame, a partir do olhar das mestras e mestres de cultura popular locais.

Na nova exposição⁶ há uma parede onde se destacam as mestras e mestres entrevistados para desenhar a exposição. Para cada um deles foram destinados três painéis. Na parte de cima, há uma imagem do próprio mestre. No meio, em breves palavras, há uma apresentação e um trecho da fala de cada um deles, colhida durante as conversas para a preparação da exposição. Abaixo, os painéis apresentam uma imagem do ofício que exercem ou da manifestação cultural que promovem.

Poderíamos afirmar que o rio Gramame é o grande personagem na exposição. Um barco, centralizado em uma das salas, traz em seu interior apetrechos e instrumentos de pesca (tarrafa, samburá, cova, ratoeira, remos, candeeiro, balaios, etc), remetendo ao universo ribeirinho local (Imagem 1).

⁶ A concepção de museu, quando tratamos sobretudo de museus comunitários e ecomuseus, é bastante ampla e não está restrita a uma exposição em quatro paredes. Não é diferente no caso do Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo, onde os espaços museais abarcam toda a região da escola e o seu entorno, inclusive uma grande área verde de Mata Atlântica onde são realizadas as ações de educação ambiental. No entanto, este artigo atém-se a descrever seu espaço expositivo, disposto em duas salas da escola.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Imagem 1: Uma das salas da exposição, com barco ao centro. Foto de Thiago Nozi (2017)

Como é comum nos barcos construídos pelos mestres barqueiros, ele traz uma frase escrita em sua lateral. Nesse barco, a frase instiga o visitante a refletir sobre um problema social peculiar a muitas comunidades ribeirinhas e extremamente atual para os moradores do Vale do Gramame: “O Velho Gramame quer viver em águas limpas”, denunciando a poluição por que vem passando o rio. De fato, a pauta do meio ambiente é uma tônica das ações da Evot, que se consolidou e tomou vulto com a coordenação da implantação da Agenda 21 na região. Atualmente, a principal luta empreendida por líderes comunitários e pessoas de representatividade local, com o apoio da Evot, é pela limpeza dos rios que fazem parte da bacia hidrográfica do Gramame, fortemente afetada, segundo seus relatos, pelos dejetos industriais das empresas instaladas ao longo do seu leito.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Imagem 2: Campanha “O rio Gramame quer viver em águas limpas”, veiculada pela internet. Foto de Kleide Teixeira/Acervo da Evot, 2015.

Ao redor da sala onde está o barco, outros objetos e painéis são expostos, cujas imagens remetem ao universo do dia a dia do Vale do Gramame e das principais festas e manifestações culturais locais, como o banho e a lavagem de roupa no rio, a pesca de camarão, a suntuosa Ponte dos Arcos, a capoeira, o cultivo da mandioca e a feitura da farinha na casa de farinha comunitária, a caminhada de São José, o São João Rural, etc. Outros painéis são destinados a mostrar os trabalhos e atividades culturais promovidos pela Escola, como o Encontro Cultural “O Vale vai às Praças”.

Em outra sala, juntamente com os painéis destinados às mestras e mestres, há a reprodução de uma cozinha rural local, com destaque para um fogão de barro, muito comum nas casas da redondeza (imagem 3). Acima e ao redor do fogão, é exposta uma série de objetos relacionados ao universo da cozinha e ao dia a dia das casas das comunidades, muitos deles produzidos pelos próprios moradores, como os balaios e a cestaria. Por toda a exposição, em vez de textos informativos, são priorizados textos que visam comunicar-se com o visitante por meio da ludicidade e poesia. Mais do que informar, a preocupação é sensibilizar e cativar o público. Para isso, são explorados textos de poetas locais, sobretudo da mestra Judite Palhano.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Imagem 1: Sala com cozinha rural ao fundo e painéis com as mestras e mestres do Vale do Gramame à direita. Foto: Moisés Siqueira Neto (2014).

O desenho que se vê na expografia do Museu da Evot é o olhar das pessoas das próprias comunidades, que se destacam não por conta de forças econômicas, mas por sua atuação no campo cultural ou pelo trabalho tradicional que desenvolvem. A tessitura do seu circuito expositivo está fortemente pautada na poesia e no rigor estético, presentes tanto nos textos utilizados como no discurso construído com os objetos selecionados para exposição. De forma leve e fluida, como as águas do rio, o circuito expositivo segue seu curso e mostra ao público tanto as belezas como as lutas sociais do Vale do Gramame.

Outro rio também está no cerne das lutas da comunidade do Porto do Capim. Localizada às margens do rio Sanhauá, no Centro Histórico de João Pessoa, tombado pelo Iphan e pelo órgão estadual de preservação do patrimônio, a comunidade ribeirinha do Porto do Capim está envolvida em um processo de luta e resistência para a manutenção de suas moradias por conta de um projeto de “requalificação” do centro histórico, que prevê a realocação da comunidade com vistas à implantação do projeto intitulado “Parque

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ecológico Sanhauá”⁷, a ser implementado pela prefeitura local, mas com fonte de custeio de recursos federais oriundos do Programa PAC – Cidades Históricas⁸.

O processo de tombamento do Centro Histórico de João Pessoa, uma cidade fundada no século XVI, assenta-se, entre outras motivações, na forte relação entre o ambiente construído, a vegetação e rio Sanhauá, que propiciou a valorização dos aspectos histórico, paisagístico e artístico da cidade. O Porto do Capim foi criado nas águas do rio Sanhauá para escoar a produção local e, no seu entorno, foi edificado um conjunto urbano, hoje tombado, predominantemente comercial. A comunidade do Porto do Capim se instalou na primeira metade do século XX, após a construção de um novo porto na cidade de Cabedelo, voltado para o oceano Atlântico, quando foi desativado o porto antigo. O local, então, passou a ser ocupado sobretudo por grupos de pescadores que habitavam as redondezas. Como o Vale do Gramame, o Porto do Capim também se caracteriza pela falta de assistência de serviços públicos básicos por parte do Estado (principalmente saneamento básico, segurança, habitação e equipamentos culturais).

Uma das contradições que se aponta no projeto Parque Ecológico Sanhauá é que um dos problemas diagnosticados é a falta de habitações na área do centro histórico. E esse mesmo projeto prevê a realocação dos poucos habitantes que lá vivem e fazem parte do tecido social da localidade, com suas formas próprias de sociabilidade, com o comércio local e, sobretudo, com sua relação com rio, que condiciona os seus modos de vida e as suas referências culturais. Entre elas, destacam-se as lendas dos entes mitológicos Pai do Mangue e Comadre Fulorzinha, a procissão de Nossa Senhora da Conceição à Ilha da Santa, os saberes e ofícios ligados à pesca artesanal e os blocos de carnaval.

⁷ A luta pela permanência em suas moradias pela comunidade do Porto do Capim e sua relação com o projeto “Parque Ecológico Sanhauá” pode ser encontrada com mais detalhes na dissertação de mestrado de Helena T. Gonçalves (2014).

⁸ O PAC Cidades Históricas é um programa do governo federal, que tem como finalidade apoiar projetos que visem à preservação do patrimônio brasileiro, a valorização da cultura nacional e o desenvolvimento econômico e social, com sustentabilidade e qualidade de vidas para os cidadãos (cf. página de divulgação do Programa, disponível em <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/pac-cidades-historicas/pb>. Acesso em 11/11/2019). O Iphan é o órgão federal que gerencia a distribuição e a aplicação dos recursos desse programa.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Imagem 4: Procissão à Ilha da Santa. Imagem da internet.



Imagem 5: Seu Cosminho, um dos moradores mais antigos do Porto do Capim. Pescador artesanal e mestre barqueiro. Foto do autor, 2017.

Apesar de ter sido reconhecida como comunidade tradicional ribeirinha, por meio de laudo antropológico elaborado em função de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em desfavor da prefeitura de João Pessoa, a comunidade

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

segue no seu processo de resistência na luta por moradia e em defesa de suas referências culturais, por meio do movimento Porto do Capim em Ação, haja vista as recorrentes tentativas de realocação da população pelos órgãos locais. Em mais uma tentativa recente, o urbanista e arquiteto Pedro Rossi, em artigo publicado na Revista Carta Capital, relata que, no mês de junho de 2019, a prefeitura de João Pessoa “notificou mais de 170 famílias e demoliu um conjunto de casas ‘irregulares’. No entanto, a ação não impediu que a comunidade se organizasse e devolvesse vida ao local, com um novo espaço público, hoje, chamado de ‘Praça da Resistência’”⁹.



Imagem 6: Moradores do Porto do Capim em protesto contra a remoção da comunidade. Foto: Letícia Helen, 2019.

Nesse emblemático caso do Porto do Capim, a atuação do Iphan torna-se ambígua e na contramão do que foi desenvolvido no Vale do Gramame. É interessante, sobretudo, a

⁹ Artigo publicado na Revista Carta Capital em 27/09/2019, disponível no link <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/quais-sao-as-caras-da-resistencia-no-brasil-de-jair-bolsonaro/>. Acesso em 11/11/2019.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

descrição e a análise do projeto Parque Ecológico Sanhauá contida no dossiê “Proposta de requalificação das áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau” (BRAGA et al, 2012). Esse dossiê foi elaborado por um Grupo de Trabalho composto por técnicos do Iphan-PB, contrários ao projeto original, com o objetivo de elaborar uma proposta de requalificação do sítio histórico tombado, mas garantindo o reconhecimento, a valorização e o respeito às referências culturais da população local residente. Essa proposta não foi recepcionada pela instituição, mas serviu de base para grupos sociais de defesa da comunidade nas suas lutas e contrapropostas ao projeto oficialmente defendido pelo governo local e institucionalmente referendado pelo governo federal.

Outra frágil alegação do projeto fundamenta-se na argumentação da necessidade do “resgate do vínculo rio/cidade”, de modo a devolver à sociedade pessoense e paraibana a histórica relação com rio. Desconsidera e invisibiliza, portanto, a comunidade ali presente, com sua histórica e tradicional relação com o rio, como integrante da “sociedade pessoense e paraibana”. A comunidade é concebida, nas entrelinhas do projeto, como uma pedra no meio do caminho para turistas e para uma determinada parcela da “verdadeira” sociedade (política e economicamente hegemônica) terem acesso à paisagem do centro histórico junto ao rio Sanhauá.

Esse controverso projeto do Parque Ecológico do Sanhauá na verdade transfigura-se, sob o discurso de requalificação de parte do sítio urbano tombado, como mais uma ação de gentrificação de centros históricos, como em experiências semelhantes e malfadadas em outras cidades brasileiras e já amplamente questionadas. Além de ser um processo de gentrificação, não reconhece as sociabilidades locais e as referências da comunidade tradicional como importantes referências também para a cidade como um todo. Trata-se de uma clara distinção de marcadores sociais nos processos de patrimonialização, contribuindo, em paralelo, para a legitimação e reprodução das desigualdades sociais.

Considerações finais

Desde quando a Modernidade coincide com a sociedade capitalista, gera-se desigualdade social. No estabelecimento dessa nova ordem, as exclusões, problemas e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

desigualdades necessitam de justificativas para serem legitimadas. É uma forma de o Estado moderno, na sua relação com o mercado, dar conta e, em paralelo, legitimar as desigualdades sociais que ele mesmo gera.

A cidadania, portanto, surge como uma categoria política, ao passo que sempre tem um efeito prático na distribuição de poder. Os direitos civis, políticos e sociais – requisitos básicos para a construção e garantia da cidadania – também são permeados, em sua consolidação, por um jogo social, que envolve disputas e conflitos, sempre ideologicamente marcados. Nesse jogo, atendem a interesses de distintos grupos sociais e servem ora para combater ora para legitimar desigualdades naturalizadas no seio da sociedade, por meio de políticas públicas concertadas pelo Estado (PIRES, 2019).

Nas políticas de patrimônio não é diferente. A construção de uma memória e identidade nacionais tem um papel estratégico nas políticas de Estado, podendo abarcar a patrimonialização das diferenças ou reproduzir as relações estruturais de dominação existentes. Esse jogo de forças (políticas, econômicas e simbólicas), que perpassa a batalha entre a memória e o esquecimento, pode tanto propiciar processos de exclusão como de inclusão social, impactando nas garantias básicas de uma cidadania plena aos diferentes grupos sociais.

Como vimos, os processos de patrimonialização por parte do Estado, como no caso dos bens tombados pelo Iphan na Paraíba, são, em sua maioria, instrumentos privilegiados de poder, que estiveram associados a espaços elitizados e opressores. Em contrapartida, determinados grupos sociais, historicamente estigmatizados, têm reivindicado e produzido processos próprios de reconhecimento de suas memórias e identidades, atrelados a lutas políticas por direitos sociais básicos. É um movimento na esteira das “cidadanias insurgentes”, conforme postula J. Holston (2013), em que segmentos vulneráveis da população, sobretudo urbanos, irradiam manifestações e reivindicações por acesso a direitos, denunciando privilégios e injustiças enraizados nas leis e políticas implementadas pelo Estado.

Os moradores das comunidades de Vale do Gramame e do Porto do Capim, ao reclamarem o reconhecimento de suas identidades e referências culturais, apresentam-se como sujeitos de memória e de direitos. São vozes insurgentes e identidades de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

resistência, antes emudecidas e esquecidas, que emergem no campo do patrimônio e dele se utilizam como um importante mecanismo de poder e arma política em suas lutas por uma cidadania básica.

O Estado, por meio de suas ações, pode estar ao lado dessas vozes, como no apoio dado pelo Iphan-PB à Escola Viva Olho do Tempo em seu projeto que busca propiciar às comunidades do Vale do Gramame o protagonismo nos processos de ressignificação e reconhecimento de suas memórias e identidades. Por outro lado, a Comunidade do Porto do Capim vem demonstrar que as vozes insurgentes não se resignam quando o Estado, de forma diversa, volta-se contra os sujeitos de direitos, legitimando desigualdades sociais e perpetuando relações estruturais de dominação. Afinal, a resistência também é outra forma de poder. E é preciso fazer com que outras vozes, insurgentes, sejam evocadas tanto na conformação de memórias coletivas como na consolidação da cidadania.

Referências

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In TARDY, Cécile; DODEBEL, Vera (orgs.). *Memória e novos patrimônios*. Marselle: OpenEdition Press, 2015, pp 67-93.

ARRETCHE, Marta. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 39, p. 3-40, 1995.

BRAGA, Emanuel O. (et. al). *Dossiê: Proposta de requalificação das áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau*. João Pessoa: Iphan-PB, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34. Rio de Janeiro: Iphan, 2012, pp. 147-165.

CLASEN, Jochen. Defining comparative social policy. In KENNETT, Patricia. *A handbook of comparative social policy*. Edward Elgar: Massachusetts, 2004.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- DRAIBE, Sônia M. Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (orgs) *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. [on line]. São Paulo, 1991, n. 24, pp. 85-116.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ-Iphan, 1997.
- GONÇALVES, Helena T. *O Porto e a Casa: dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB)*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: Iphan, 2014.
- HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência Estadual na Paraíba. *Bens culturais tombados: Paraíba*. João Pessoa: Iphan-PB, 2013.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.
- LAVALLE, Adrián Gurza. Cidadania, igualdade e diferença. *Lua Nova* [on line]. 2003, n. 59, pp. 75-93.
- LEITE, Márcia da Silva Pereira. Políticas sociais e cidadania. *Physis* [online]. 1991, vol.1, n.1, pp.117-131.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.
- ROSSI, Pedro. *Quais são as caras da resistência no Brasil de Jair Bolsonaro?*. Carta Capital, publicado em 25/09/2019. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/quais-sao-as-caras-da-resistencia-no-brasil-de-jair-bolsonaro/>. Acesso em 11/11/2019.
- SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Ano 9 (25), 1994, pp. 26-37.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2009.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- TAVOLARO, Sergio B. F. Quando discursos e oportunidades políticas se encontram: para repensar a sociologia política da cidadania moderna. *Novos estudos CEBRAP* [online]. 2008, n.81, pp.117-136.
- TOLENTINO, Átila B.; FRANCH, Mônica. *Espaços que suscitam sonhos: narrativas de memórias e identidades no Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo*. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (Orgs). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 249-261.